



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a política nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, caput, do Regimento Interno da Câmara Federal, a realização de Audiência Pública para discutir sobre a política nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Para tanto, solicito sejam convidados:

- I. Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual;
- II. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- III. Representante do Ministério da Saúde;
- IV. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);
- V. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.
- VI. Rede ECPAT Brasil - coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes;
- VII. Ministério do Turismo;

JUSTIFICAÇÃO

O “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, 18 de maio, foi instituído pela Lei Federal 9.970/00, esse ano completa 19 anos, e é uma conquista que demarca a luta pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Brasil. Esse dia foi escolhido, porque em 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória (ES), uma menina de oito anos de idade, de nome Aracely, foi vítima de rapto, estupro, a qual foi torturada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, ficou impune.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

A intenção do 18 DE MAIO é destacar a data para mobilizar, sensibilizar, informar e convocar a sociedade e o poder público para assumirem o compromisso no enfrentamento da violência sexual, responsabilizando-se para com o desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes de forma digna, saudável e protegida.

Em alusão ao Dia 18 de Maio é fundamental a busca da pactuação de ações e estratégias entre poder público e sociedade civil, para garantir a continuidade da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e adolescentes.

Ressaltamos a importância do fortalecimento de instrumentos que defendam os direitos humanos, e promovam o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Considerando o princípio da prioridade absoluta, determinado pelo ordenamento jurídico brasileiro, e os avanços conquistados, justifica-se a realização da audiência pública em questão, como meio de conhecer as proposições do Governo Federal para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, bem como levantar informações e dados que subsidiem a política nacional.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**